



Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 61/2025

Número do processo (1DOC):	Projeto de Resolução (PR) n. 455/2025 Matéria Legislativa 013/2025
Interessado:	Plenário
Assunto:	Aplica penalidade disciplinar a servidor público
Dispositivo:	Constitucionalidade e legalidade do PR. Submissão à Comissão de Justiça e Redação. Quórum de maioria simples.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de **Projeto de Resolução (PR) n. 455/2025** apresentado pelo Vereador Cleber Ulisses de Oliveira, Dr. Cleber do Esporte, que “*Aplica penalidade disciplinar a servidor público.*”
2. A Mensagem Justificativa informa que o relatório, a fundamentação e o voto encontram-se anexos ao PR, contudo, o arquivo não foi disponibilizado no sistema 1Doc, para preservação da intimidade do interessado, conforme Despacho 5-013/2025.
3. Vêm os autos para parecer quanto à legalidade, constitucionalidade e procedimento acerca do Projeto.
4. É o relatório do essencial.

II. FUNDAMENTAÇÃO

(i) DA INICIATIVA, COMPETÊNCIA E ESPÉCIE NORMATIVA

5. A matéria veiculada refere-se à aplicação de penalidade disciplinar a servidor da Câmara, o que configura **assunto de economia interna**, inserido na **competência normativa privativa do Legislativo Municipal**, conforme disposição expressa da Lei Orgânica:

Art. 14 - Compete à Câmara, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

XX - deliberar, por Resolução, em assuntos de sua economia interna, e pôr Decreto Legislativo, nos demais casos sua competência privativa.

Art. 44 - As proposições destinadas a regular matéria política e administrativa de competência privativa da Câmara são:

II - resolução, de efeito interno.



Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista

Parágrafo único - Os projetos de decreto legislativo e de resolução, aprovados pelo Plenário, em um só turno de votação, não dependem de sanção do Prefeito, sendo promulgados e publicados pelo Presidente da Câmara.

6. Assim, **a espécie normativa é adequada**, uma vez que a Resolução é o instrumento usado para disciplinar atos administrativos internos, inclusive disciplina e organização funcional.

7. O Regimento Interno reforça essa conclusão:

Art. 126 - Projeto de Resolução é a propositura destinada a regular matéria de economia interna da Câmara.

Parágrafo único. Constitui matéria de Projeto de Resolução:

I – estrutura administrativa da Câmara;

V – outros assuntos de economia interna do Legislativo.

8. A iniciativa também é legítima. O art. 76, III, do Regimento Interno autoriza o Vereador a apresentar proposições relativas ao interesse coletivo, o que inclui medidas voltadas à probidade administrativa e ao adequado funcionamento do serviço público:

Art. 76 - Compete ao Vereador:

III - apresentar proposições que visem o interesse coletivo;

9. Embora as Resoluções tenham, em regra, conteúdo normativo, é pacífico que o Legislativo municipal pode editar Resolução de efeitos concretos quando tratar de matéria interna *corporis*, especialmente a aplicação de sanções disciplinares, cassação de mandato, reorganização administrativa e fixação de regras específicas relativas a seus servidores.

10. No caso em análise, o PR incide sobre situação específica e servidor determinado, identificado apenas pelo número da matrícula, preservando-se a sua intimidade. Tal fato não caracteriza vício, pois a matéria é exclusiva do Poder Legislativo, o servidor está sujeito ao regime disciplinar próprio da Câmara e houve prévio Processo Administrativo Disciplinar com garantia do contraditório e da ampla defesa.

11. Com relação ao quórum de votação, a aprovação do PR exige maioria simples dos votos, nos termos do art. 186 do Regimento interno:

*Art. 186 - As deliberações da Câmara serão tomadas sempre **por maioria simples de votos**, presentes, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara, excetuados os casos expressos nos artigos seguintes.*

12. No caso em exame, conforme consignado no Despacho 133-463/2025 1Doc, devem ser observados os impedimentos dos seguintes vereadores, que participaram do PAD:



Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista

- i) Vereador Tufão, por ter atuado como testemunha do processo;
- ii) Vereador Tonico, na condição de Presidente da Câmara que proferiu a decisão recorrida
- iii) Vereadores Fernando do Transporte Escolar, Jura e Júnior Itiban, integrantes da Mesa Diretora que subscreveram a Portaria de instauração do Procedimento.

13. Tais impedimentos preservam a imparcialidade do julgamento, em estrita observância aos princípios da legalidade, moralidade e devido processo legal.

14. Em conclusão, diante do conjunto normativo examinado, inexistente óbice constitucional ou legal ao regular processamento do PR.

III. CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, e nos termos do Regimento Interno desta Câmara:

a) **OPINA-SE** pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Resolução apresentado, nos termos da fundamentação lançada;

b) **INDICA-SE**, o encaminhamento deste Projeto à Comissão de Justiça e Redação, na forma do artigo 48, I, do Regimento Interno¹, pontuando-se que eventual aprovação do Projeto deverá se dar por **maioria simples** dos votos, observados os impedimentos já formalizados.

16. Por oportuno, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base as peças constantes dos autos e restringiu-se aos aspectos jurídicos.

17. À consideração superior.

Campo Limpo Paulista, 09 de dezembro de 2025.

MARIANA LOPES PALMIRO ROSA
Procuradora Jurídica
OAB/SP n. 259.446

¹ **Artigo 48** - Compete à Comissão de Justiça e Redação: I - manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico.